

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER:

O Rio Grande do Norte na década de 1920.

Francisca Alexandre de Pontes Silva

Natal (RN)

2000

Francisca Alexandre de Pontes Silva

A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER:

O Rio Grande do Norte na década de 1920.

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ministrada pela Prof^a. Dra. Denise Mattos Monteiro, sob orientação do Prof. Zoroastro Ramos Cardoso como requisito para obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Natal (RN)

2000

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 - A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA E NORTE- RIOGRANDENSE NA DÉCADA DE 1920.	6
2 - AS LUTAS POLÍTICAS DA MULHER NORTE- RIOGRANDENSE.	11
2.1 - As primeiras lutas	11
2.2 - A mulher brasileira	12
2.3 - A sociedade Potiguar na década de 1920	18
3 - O RIO GRANDE DO NORTE E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA	21
3.1 - A prática política feminina	21
3.2 - As atividades políticas	23
3.3 - A mulher na política	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
BIBLIOGRAFIA	31

INTRODUÇÃO

A história do Brasil não tem registrado, ao longo dos anos, maiores informações sobre a participação feminina nas várias instâncias do poder na década de 1920. Existem entretanto casos de algumas mulheres que se tornaram conhecidas por sua participação nas lutas e movimentos sociais em busca de sua emancipação, neste período.

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação política da mulher no Rio Grande do Norte na década de 1920, situando-a no contexto da oligarquia brasileira em geral e norte-riograndense em particular. Ele se constitui num estudo de caso, na medida em que acompanha a trajetória política de uma mulher, que exerceu pela primeira vez no Brasil o poder executivo municipal como prefeita, administrando o município de Lajes, no Rio Grande do Norte.

Ele tem como base metodológica a utilização da documentação disponível nas fontes secundárias, através de algumas pesquisas existentes com a de Hahner (1981) e a de Avelar (1996), que indica a baixa presença das mulheres na elite política de seus estados. Assim, desenvolvemos leituras e fichamentos de bibliografias na coleta de dados sobre o tema para fundamentar a análise desses dados e elaborar o texto monográfico.

O presente trabalho encontra-se em três capítulos. No primeiro, fizemos uma discussão de como é analisada a "emancipação" política das mulheres no Brasil, assim como o surgimento das mulheres nos canais de representação política, através do sistema eleitoral.

No segundo capítulo, tratamos das lutas políticas da mulher no estado brasileiro e no Rio Grande do Norte, desde as primeiras lutas, a trajetória da mulher brasileira, destacando-se os fatos principais que marcaram seu trabalho social e político na sociedade potiguar. E esta luta traduziu-se inicialmente no sufrágio feminino, encontrando na figura de Berta Lutz um de seus principais expoentes.

Finalmente no terceiro capítulo, evidenciamos a "emancipação" política feminina no Rio Grande do Norte, sobre a trajetória política de uma mulher que ocupou o executivo municipal em Lages/RN, demonstrando os fatores que levaram seu ingresso na vida pública, através da prática política no exercício do poder municipal.

Dessa forma, esperamos com a presente monografia contribuir para o desenvolvimento da consciência sobre a cidadania feminina, na luta histórica por uma cidadania igualitária sem distinção de sexo.

1 - A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA E NORTE RIO-GRANDENSE NA DÉCADA DE 1920.

A participação política da mulher é uma conquista recente no contexto político brasileiro e, mais ainda, no horizonte existencial das mulheres. O Brasil, no final da década de 1920, foi marcado, a nível político, pela crise das oligarquias que, durante décadas, dominaram o cenário nacional. A eleição de Washington Luís em 1926 também não foi capaz de solucionar os problemas que afetavam o país.

Washington Luís, vitorioso, não soube ser magnânimo, estendendo a mão ao vencido, como assegurou Manoel Correia Andrade.¹

"Ao contrário, procurou vingar-se das afrontas sofridas durante a campanha, afastando os seus opositores do campo de luta. Esta atitude acirrou os ânimos em uma ocasião extremamente difícil, uma vez que a crise econômica atingia seriamente o país, reduzindo drasticamente o mercado externo brasileiro para o café. Não podendo manter a política protecionista a este produto, o presidente perdia apoio no próprio estado de São Paulo. A atmosfera de ódio e de crise levava os jovens políticos a se articularem cada vez mais com os militares afastados do serviço ativo e até outros que vinham sendo fiéis ao governo e que ocupavam postos de comando, como o coronel Góis Monteiro, para fazerem a revolução."

O Partido Comunista amplia suas atividades nessa época, e foi criado em São Paulo o Partido Democrático por setores da burguesia, inclusive da classe média alta. As cisões no partido dominante até então o Partido Republicano haviam ocorrido devido as discordâncias momentâneas, gerando pequenos conflitos de características "familiares", mas nunca uma ruptura.

¹ ANDRADE, Manoel Correia. A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo, p. 49-50.

A composição do Partido Democrático era praticamente a mesma do Partido Republicano Paulista, ou seja, com representantes dos setores do café e diversas categorias da burguesia urbana, levando Edgard Carone a nivelar os dois partidos quanto a organização ideológica.

“Assim, do ponto de vista organizatório e ideológico, o Partido Democrático foi o análogo e a continuidade das tendências anteriores”.²

A ruptura do grupo oligárquico ocorreu em 1929, quando Washington Luís escolheu Júlio Prestes para sucedê-lo, um paulista e não um mineiro, como determinava o rodízio. O presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, que esperava ser escolhido, articulou-se com o Rio Grande do Sul, propondo a candidatura de Getúlio Vargas a presidente, e João Pessoa, da Paraíba, para o cargo de vice-presidente.

Formou-se assim a Aliança Liberal, facção dissidente das oligarquias que concorria às eleições de 1930, e que para conseguir a adesão da classe média urbana, propôs uma plataforma progressista, com medidas de proteção aos trabalhadores, defesa das liberdades individuais, anistia e reforma eleitoral.

Júlio Prestes, candidato da situação venceu as eleições, mas a Aliança Liberal impediu sua posse através do movimento de 30, que contou com a adesão dos tenentes. O protesto decisivo para a deflagração do movimento foi o assassinato de João Pessoa no início de 1930, quando os líderes indecisos da oposição mudaram de opinião.

Quando a coluna Prestes estava no Paraná, vinda do Rio Grande do Sul, houve um golpe militar no Rio de Janeiro que depôs Washington Luís, instalou um governo provisório, formando uma junta sob o comando do general Tasso Fragoso, que entregou em seguida o cargo máximo a Getúlio Vargas, em 30 de novembro de 1930. Este governo provisório permaneceu até 1934, quando Getúlio passa a governar constitucionalmente no período de 1934 a 1937, seguido pelo início do Estado Novo.

² CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937), p.112.

Conforme Skidmore:

"Foram sete anos de agitadas improvisações, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista".³

As reformas ocasionadas pela Revolução de 30 mudaram as características das estruturas políticas vigente até então, mas a estrutura social sofreu mudanças lentas, já que o país continuava essencialmente agrícola. Apesar de não ter resolvido os sérios problemas nacionais, a Revolução de 1930 foi responsável pela transição do Brasil arcaico para o Brasil moderno, liberto do controle das antigas oligarquias.

No Rio Grande do Norte, a Aliança Liberal encontrou poucos adeptos, visto ser este estado um dos 17 que apoiaram o governo central também representante da oligarquia potiguar contra as mudanças propostas pela facção dissidente. Realizou apenas dois comícios e sofreu uma fragorosa derrota nas eleições de 1930.⁴

Durante toda primeira República, o Rio Grande do Norte caracterizou-se como um estado pobre e atrasado, com uma participação insignificante em relação ao quadro econômico nacional, embora houvesse representação de políticos potiguares nas esferas mais elevadas do poder político federal.⁵

Em 1900, o Estado do Rio Grande do Norte, que possuía uma população de 274.317 habitantes, duplica no censo de 1920, registrando 574.135 habitantes. O índice de interiorização é grande pelo fato de que Natal, a capital, nesta época, era uma cidade pequena, de apenas 30.696 habitantes.⁶

³ SKIDMORE, Thomas E. De Getúlio a Castelo Branco (1930-64). p. 89.

⁴ MARIZ, Marlene da Silva. A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934). p. 52.

⁵ Ibid., p. 30.

⁶ Ibid., p. 30.

Este fato revela a situação como um todo, já que o país permanecia essencialmente agrícola, com uma população predominantemente rural, apesar das regiões Sul e Sudeste apresentarem um índice relativo de desenvolvimento industrial, em relação ao resto do país.

A economia norte rio-grandense baseava-se principalmente na produção e comercialização de quatro produtos: açúcar, algodão, sal e cera de carnaúba. Eram explorados ainda com técnicas anacrônicas e colocados no mercado com alguns obstáculos na esfera da circulação, já que as vias de comunicação eram bastantes precárias, com estradas e ferrovias insuficientes sem técnicas e equipamentos adequados e com portos em condições insatisfatórias para escoar a produção. A exportação e importação continuava através do porto de Pernambuco, dificultando ainda mais a arrecadação de impostos alfandegários aos cofres do Estado do Rio Grande do Norte.

Como afirma Câmara Cascudo sobre a criação da alfândega em Recife:

“Estabeleceu no Porto desta Cidade de Recife uma Alfândega para se receber, e serem despachados, as fazendas, e gêneros da Europa, conduzidos em navios Nacionais ou Estrangeiros, que vierem aos portos desta Capitania, e quiserem comerciar, pagando os Reais direitos, que estão determinados pelas Ordens de Sua Majestade. Na mesma Alfândega se despacharão os efeitos da terra, que embarcarem por troca, ou compras naqueles Navios, com quem se fizer o comércio, satisfazendo-se no ato da sua saída os subsídios e dízimos, que estão determinados”.⁷

A estrutura fundiária concorria para o retardamento do desenvolvimento econômico porque concentrava a mão-de-obra nos latifúndios e minifúndios, fazendo com que houvesse baixíssima produtividade e diversificação na produção agro-pastoril, insuficiente para atender o mercado interno. Assim, para atender a este mercado mantinha-se uma forte dependência do mercado externo.

⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. p. 395.

O sistema educacional apresentava-se extremamente deficiente, como comprova os dados da época: na década de 20 o estado possuía apenas 412 escolas, com 31.987 alunos, numa população de 537.135 habitantes, o que correspondia a 5,9 % da população. Os cursos superiores inexistiam, provando que só os mais abastados tinham condições de estudar em outros estados nos cursos de Direito, em Pernambuco, Medicina, na Bahia ou Rio de Janeiro.⁸

A estratificação social se constituía de uma elite dominante política e economicamente, representada pelos grandes proprietários rurais e comerciantes abastados; uma classe média reduzida constituída das camadas urbanas ligadas a burocracia, comércio ou profissões liberais e de pequenos proprietários; a grande massa dependente da terra e o incipiente operariado constituíam a sua base social.⁹

As organizações operárias no Rio Grande do Norte tiveram pouca importância durante a Primeira República devido a ausência de um setor industrial desenvolvido, e funcionavam mais como agremiações de lazer e mutuários do que associações de classe, que pudessem reivindicar direitos e atuar politicamente.¹⁰

No plano político predominava o partido Republicano, como nos demais estados da União, representado no final da década de 20 pelo Governador Juvenal Lamartine de Farias (eleito em 1928), sucessor e primo de José Augusto Bezerra de Medeiros, que deu continuidade à linha política da oligarquia. Seu governo concretizou-se pelo autoritarismo e por fortes tendências centralizadoras, no ano de 1928, quando Alzira Soriano foi eleita prefeita do município de Lajes, sendo a primeira da América do Sul, com apoio do governador.¹¹

⁸ MARIZ, Marlenc da Silva. *Op. cit.*, p. 39.

⁹*Ibid.*, p. 40.

¹⁰*Ibid.*, p. 41

¹¹*Ibid.*, p. 50-51.

2 – AS LUTAS POLÍTICAS DA MULHER NORTE-RIOGRANDENSE

2.1 – As primeiras lutas

No século XVII o retorno da atividade manufatureira se acelerou, criando novas formas de organização do trabalho e da expansão comercial. O capitalismo vivia seu momento de ascensão e foi neste contexto que surgiu, nos Estados Unidos, a figura de Ann Hutchison, uma mulher profundamente religiosa, que congregava ao seu redor toda uma comunidade, para ouvir suas pregações.

Insurgia-se contra a suposta superioridade masculina difundida também pelo calvinismo e afirmava ao contrário que homem e mulher haviam sido criados iguais por Deus. Em 1637 foi condenada a pena de banimento acusada de ter mantido reuniões em sua casa considerada intolerável diante de Deus e impróprio para o seu zelo.

O século XVIII foi marcado na Europa e nos Estados Unidos pela burguesia revolucionária respaldadas pela convicção nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. As mulheres francesas, participaram ativamente do processo revolucionário, mas não viram as conquistas estenderem-se a elas. A partir deste momento o feminismo adquiriu características de ação organizada e as reivindicações assumem um caráter específico, tanto em países da Europa como nos Estados Unidos.¹²

A consolidação do capitalismo, no século XIX, trouxe consigo profundas conseqüências, tanto para o processo para a organização do trabalho quanto da mão-de-obra, especialmente a feminina. As condições de trabalho atingem níveis insuportáveis, onde as operárias são obrigadas a enfrentar uma jornada de até 18 horas de trabalho, com o agravante de que mulheres e crianças passam a ser recrutadas em números cada vez maiores devido ao baixo custo de seus salários.

¹² ALVES, Branca Moreira, apud, PITANGUY, Jaqueline. O que é o feminismo. p.32

As lutas feministas se intensificam, justamente com os movimentos operários que começam também a atuar no campo político. Dignos de nota são os acontecimentos do dia 08 de março de 1857, que posteriormente se transformou no DIA INTERNACIONAL DA MULHER, quando operárias da indústria têxtil de Nova York empreenderam uma marcha sobre a cidade, reivindicando jornada de trabalho de 12 horas porque trabalhavam até 16 horas e protestando contra baixos salários. A polícia, a mando dos patrões, desencadeou uma violenta repressão, onde muitas mulheres morreram e muitas saíram feridas.¹³

Ainda no século XIX iniciaram-se as campanhas em prol do sufrágio feminino, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, onde os movimentos abrangeram cerca de três gerações de mulheres, numa luta incansavelmente retomada e caracterizada pela violenta repressão. Apesar de tudo, essa luta pela cidadania feminina torna-se vitoriosa no início do século XX.

Apesar de sempre difícil estabelecer momentos iniciais para acontecimentos que fazem parte dos processos históricos, cabe no entanto destacar a Convenção dos direitos da Mulher convocado em Seneca Falls, no ano de 1848, como um dos marcos iniciais do movimento sufragista americano. Mas somente em Setembro de 1920 foi ratificada pela 19ª Emenda Constitucional, que concede o voto as mulheres, terminando assim uma luta iniciada 72 anos antes.¹⁴

2.2 – A mulher brasileira

A história da mulher durante o Brasil colônia esteve intrinsecamente ligada ao estereótipo da família patriarcal brasileira, onde o homem constituía o núcleo centralizador do poder. “O marido autoritário, rodeado de escravas concubinas, dominava seus filhos e esposa submissa”.¹⁵

¹³ ALVES, Branca Moreira, apud. PITANGUY, Jaqueline. Op. cit., p.41

¹⁴ Ibid., p. 44-45

¹⁵ HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais. p. 29

As mulheres brancas da época apresentavam os requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação, ao poder do patriarca. Casavam-se demasiadamente cedo, geralmente em torno de quinze anos, escapando da autoridade paterna, numa ilusória emancipação, pois logo o marido assumia sobre a esposa uma autoridade patriarcal semelhante.

As mulheres da classe dominante raramente saíam à rua, e, quando o faziam, era para ir à igreja, mas nunca desacompanhadas. Não obstante, registram-se exemplos de viúvas que tomaram a direção dos negócios da família com energia e sucesso, revelando-se líderes genuínas, ou de esposas de maridos incapacitados fisicamente que ocupavam o seu lugar na chefia da família.

Relatos de viajantes estrangeiros ilustravam o fato de que a maioria das mulheres tornaram-se criaturas passivas, indolentes que geravam muitos filhos e maltratavam os escravos.

Para o comerciante inglês Jonh Luccock

"O envelhecimento precoce e o crescente mau humor e gordura das mulheres de classe média superior no Rio de Janeiro decorria dos hábitos de reclusão e indolência que estavam submetidas pelo modo de vida que levavam."¹⁶

Ao contrário, as mulheres de classe inferior conheceram maior liberdade na moral e nos costumes, embora submetidas a um trabalho físico árduo. Quanto às regras, a situação de dependência em regime escravistas era de maior opressão, porque, além de sofrerem os efeitos do machismo de seus homens, eram também utilizados como objeto sexual por seus senhores.

¹⁶ HAHNER, June E. Op. cit., p. 33

A prostituição ocupou um relevante papel na sociedade colonial, tornando-se o elemento de preservação de castidade da maioria das mulheres da camada senhorial. Prostituíam-se as negras filhas de brancos pobres, sem herança, de situação econômica instável e cercadas de preconceitos em relação ao trabalho. Após a abolição, muitas negras ingressaram na prostituição, devido à situação de penúria a que a raça negra foi submetida.¹⁷

Antonil, autor de "Cultura e opulência do Brasil", sintetizou a sociedade colonial de seu tempo em inferno dos negros escravos, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas. Com sua visão de Padre Jesuíta, antevia os efeitos da alforria das mulatas na vida de prostituição pois estas usavam o corpo para ganhar a vida, fazendo do sexo uma mercadoria e, do ponto de vista religioso e moral, causando a ruína de muitos.¹⁸

Como se observa, existe alguma diferenciação entre as mulheres decorrente da classe ou posição social. Assim, nem todas as mulheres estavam submetidas à mesma moral e aos mesmos costumes, embora houvesse pequena diferença social nas relações de poder entre o homem e a mulher numa sociedade marcada pelo patriarcalismo ibérico e católico.

Quanto ao aspecto educacional até a década de 1920 a instrução formal das meninas praticamente não existia em relação a ministrada aos meninos. A leitura restrita a poucas mulheres se destinava a religião e literatura de conteúdo moral. O aprendizado em geral, visava sobre culinária, como também cultura e bordado. Com o tempo, acrescentou-se à educação da meninas ricas, o francês e o piano, para que proporcionassem status em festas familiares e saraus aos visitantes.

A primeira legislação relativa à educação da mulher surgiu em 1827, mas apenas para as escolas elementares, não para as instituições de ensino mais elevado. Além disso, foram criadas poucas escolas públicas para as meninas. A inadequação tanto de professores de escolas públicas quanto de particulares estimulou a criação de escolas

¹⁷ HAHNER, June E.. Op. cit., p. 33

¹⁸ ANTONIL, André José. Recife, Muscu do açúcar. p. 24

normais, somente a partir de 1835, mas apenas no final do século XIX se estenderam ao sexo feminino e as moças que pudessem continuar sua educação.¹⁹

Durante a primeira metade do século XIX surgiram poucos sinais de pensamento ou atividades feministas entre as mulheres do Brasil. Uma das mais destacadas foi Nisia Floresta Brasileira Augusta na luta em defesa da causa no cenário nacional. Nascida em 1809, no Rio Grande do Norte, casou-se muito cedo, mas logo se separou do marido, indo morar em Olinda (PE) onde contraiu novas núpcias. Aos 24 anos, ficou viúva com dois filhos e mãe idosa para sustentar, morando em Porto Alegre (RS). Posteriormente estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde fundou uma escola que permaneceu firme por dezessete anos. Nisia Floresta lutou por educação e uma melhor posição social para as mulheres, assim como liberdade de religião.

Em 1832 fez uma tradução livre da obra de Mary Walestonecraft, uma feminista inglesa intitulada "Uma reivindicação pelos direitos da mulher". Publicou em 1832 um livro sobre preconceitos e conselhos morais para moças como também uma coleção de artigos sobre educação feminina, em 1835.

Mudou-se para a Europa em 1857, onde se integrou a um grupo de intelectuais franceses, entre eles, Augusto Comte (1798-1857) e onde publicou diversos livros. Morreu em Paris, em 1885.²⁰

A partir da segunda metade do século XIX as mudanças passaram a ocorrer mais rapidamente no Brasil. O advento, do barco a vapor e do telégrafo estimulou o crescimento de centros urbanos, principalmente no Sul do país, onde cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passaram definitivamente a deter a hegemonia política, econômica e cultural em relação ao restante do território nacional, embora Recife se mantivesse como terceira maior cidade do Brasil por mais de um século.

¹⁹ SAFFIOTI, Helcidth I. B. apud HAHNER, June E. Op. cit. 33

²⁰ HAHNER, June E. Op. cit., p. 34.

Dentro desse contexto é que começam a surgir as primeiras defensoras organizadas da emancipação das mulheres no Brasil. De início, o movimento esteve condicionado às mulheres cultas que por sua condição econômica podiam ter acesso à educação e às informações do embrionário movimento feminista na Europa e Estados Unidos.²¹

As primeiras defensoras da emancipação feminina, desenvolveram suas atividades através de jornais publicados por elas mesmas, onde proclamavam sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos às mulheres. O primeiro que se tem notícia foi “o Jornal das Senhoras”, editado em 1852 no Rio de Janeiro por Joana Paula Manso de Noronha.²²

Na década de 1870 surgiram novos jornais fundados por mulheres nas cidades mais desenvolvidas, onde as oportunidades educacionais para as mulheres ultrapassavam as oferecidas na área rural e nas pequenas cidades.

O desejo pela igualdade de direitos levou algumas feministas, no final da década de 1880, a exigirem o direito ao voto, provocando um escândalo entre brasileiros, homens e mulheres, conservadores, pelo temor de que “se o mais puro e mais nobre dos sexos descesse do pedestal, ele poderia ser maculado ou corrompido e a sociedade arruinada”.²³

Na verdade, entre as feministas a discussão sobre o sufrágio feminino não havia tido tanta importância até então, devido à fragilidade da estrutura do sistema eleitoral brasileiro, onde poucos homens votavam. No entanto, a proclamação da República, em 1889, ofereceu a possibilidade de uma mudança na estrutura política, mais fluída e aberta, em teoria, e a questão do voto pôde tornar-se tópico importante para o movimento feminista.

²¹ HAHNER. June E. Op. cit., p. 34.

²² CASCUDO. Luís Câmara. Op. cit., p.517

²³ HAHNE. June E. Op. cit. p. 78

A Assembléia Constituinte, reunida em 1891, debateu a possibilidade de estender o voto às mulheres, mas “indiretamente o recusou”, baseando-se em argumentos levados ao extremo pelos positivistas, tanto dentro como fora da Assembléia. “A feminilidade como um todo deveria ser venerada e colocada à parte de um mundo de maldades”.²⁴

Os direitos políticos da mulher estavam prestes a ser assegurados pela Constituição de 1891. Todavia no momento da elaboração da primeira constituição republicana foram rejeitadas as emendas ao artigo 70, visando a explicitar o direito da mulher ao voto, ou por julgar-se que os elementos femininos estavam incluso na categoria de cidadãos brasileiros, ou porque se objetivava excluí-las dos direitos políticos. Prevaleceu também nos primeiros anos da década de 1920, a opinião de que o sufrágio feminino fosse inconstitucional.²⁵

Apesar da frustração, o movimento feminista continuou a luta pela emancipação da mulher, adentrando o século XX com publicações cada vez mais freqüentes de textos sobre as reivindicações políticas das mulheres. Em 1910 a professora Deolinda Daltro fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano feminino com o objetivo de retomar o debate sobre o voto da mulher.

Em 1918, Bertha Maria Júlia Lutz regressou ao Brasil, depois de sete anos na Europa, onde acompanhou a campanha sufragista inglesa. Logo após a chegada, publicou um artigo germinal sobre a questão, e já em 1919 fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que posteriormente denominou-se Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, filiada a Aliança Internacional pelo voto feminino.

A luta desenvolvida através da Federação Brasileira pelo progresso feminino, ficou delineada nos sete itens que integravam suas finalidades, segundo consta de seus estatutos:

²⁴ MENDES, Raimundo T., apud., HAHNER, June E. Op. cit. p.78

²⁵ SAFFIOTI, Helecieth I. B. Op. cit. p. 260-261

- 1 - Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
- 2 - Proteger as mães e a infância;
- 3 - Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4 - Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
- 5 - Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais de alcance público;
- 6 - Assegurar `a mulher os direitos políticos que a nossa constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
- 7 - Estreitar os laços de amizade com os demais países do continente americano, a fim de garantir a manutenção da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental. ²⁶

Por toda década de 1920, Berta Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino empregaram táticas projetadas para influenciar os líderes políticos e a opinião pública culta na tentativa de obter apoio à essa luta pela cidadania social e política da mulher²⁷.

O direito ao voto, porém, foi sendo alcançado paulatinamente nos estados, e quando Getúlio Vargas chegou à Presidência da República finalmente o promulgou por decreto lei em 1932, embora extensivo `a nação para todos os brasileiros maiores de 18 anos tanto para os homens como para mulheres dos Estados da Federação.²⁸

2.3 - A sociedade Potiguar na década de 1920

A diminuta participação da mulher potiguar na vida social decorria da falta de consciência de suas possibilidades de rompimento com a estrutura de dominação machista e patriarcal. Sua posição era inconscientemente representada como um instrumento de conservação e estabilidade da sociedade machista.²⁹

²⁶ HAHNER, June E.. Op. cit. p. 107

²⁷ Ibid. p. 168

²⁸ Ibid. p. 123

²⁹ SAFFIOTI, Helcieth I. Bongiovan. Op. cit., p. 39.

No século XIX, a vida da mulher da camada senhorial sofria algumas mudanças à proporção que se intensificava o processo de urbanização. Apesar de não se constituírem alterações profundas em sua posição social, a mulher da classe senhorial passava a não permanecer mais reclusa na casa-grande.

A urbanização da segunda metade do século XIX e a industrialização impulsionada a partir dos anos 30, levou a grandes repercussões na organização de famílias, que passou a se reestruturar em função da modernização da vida econômica. A vida feminina passa a ganhar novas dimensões, não porque a mulher tivesse passado a desempenhar exclusivamente funções econômicas, mas por terem se alterado profundamente seus papéis no mundo econômico. Começa assim, a romper-se o isolamento em que vivia grande parte das mulheres.

A participação feminina no trabalho em fábricas, escritórios, cresce de forma significativa, o casamento passa a ser opção da mulher e não mais imposição da família, e as diferenças de participação cultural dos elementos femininos e masculinos diminuem consideravelmente através de profundas alterações na educação feminina (de uma educação doméstica à uma educação escolarizada), o que contribuiu significativamente para alargar os horizontes culturais da mulher.

Como o desenvolvimento de uma sociedade contribuiu amplamente para a intensificação das relações sociais estabelecidas entre os homens, vemos que o processo de urbanização e industrialização desencadearam a formação de uma nova consciência para a classe feminina, que passou a reorganizar e atuar de modo mais real na sociedade, adquirindo um caráter de classe, enquanto manifestação social.

Assim segundo Lúcia Avelar, pelo o censo de 1920, a participação da mulher na força de trabalho cai de 45,3% para 15,3% e no setor secundário reduz-se a 27%. Vê-se portanto que, quando se diversificava no conjunto da economia, diminui drasticamente a participação das mulheres na força de trabalho. A aceleração da industrialização na década

de trinta acentua essa tendência. Em 1940, a proporção de mulheres na força de trabalho é de 15,9% e no setor secundário representa 25,3% do total de pessoas empregadas.³⁰

O ambiente da cidade proporcionava maiores contatos sociais, e assim um maior desembaraço de atitudes. Porém a instrução intelectual não era cultivada, apoiando-se apenas num ideal de educação doméstica consecutivamente, a música e a arte, para tornar a mulher agradável em ocasiões sociais.

A socialização da mulher passava por um processo de formação se seus papéis (reprodução biológica, reprodução da força de trabalho masculina) condicionaram o desenvolvimento de uma consciência mistificada, onde os direitos da mulher enquanto ser social não são respeitados, nem mesmo estimulados, cabendo-lhe sempre um papel secundário no desenvolvimento da sociedade, embora em estudos mais aprofundados sobre a questão feminina tenha-se comprovado que seu trabalho é o cimento econômico invisível da sociedade, porque estava circunscrito ao recinto doméstico.³¹

Dessa forma, o processo de socialização funciona como limite à medida que mistifica a mulher, exaltando-a apenas enquanto ser sexual e biológico e excluindo-a enquanto ser social. Esta concepção permaneceu, e ainda permanece na sociedade potiguar.

Também condicionou a mentalidade de vários setores sociais, especialmente a nível jurídico, onde se comprova que a própria legislação brasileira considera a mulher como ser dependente do sexo oposto, tendo suas decisões concretizadas somente se aprovadas e consentidas por eles.

³⁰ AVELAR, Lúcia. O segundo eleitorado: tendência do voto feminino no Brasil. p.32.

³¹ SAFFIOTI, Heleieth I. Bongiovan. Op. cit., p. 42.

Dessa forma, o processo de socialização funciona como limite à medida que mistifica a mulher, exaltando-a apenas enquanto ser sexual e biológico e excluindo-a enquanto ser social. Esta concepção permaneceu, e ainda permanece na sociedade potiguar.

3 - O RIO GRANDE DO NORTE E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

3.1 - A prática política feminina

A prática política feminina é constituída de uma diversificada ação política institucional ou informal, embora na arena política, com custos econômicos diferenciados.

Votar e candidatar-se a cargos políticos são dois exemplos de diferentes modos de participação, com custos diversos. Em termos gerais, isto significa que "diferentes modos de participação e em diferentes arenas, têm também diferentes participantes."³²

Assim, passar da atividade privada para a vida pública, e em arenas diversas, envolve uma análise de custos que, no caso das mulheres, deve ser vista sob a ótica dos papéis sociais e dos valores subjacentes a eles. Mas há formas de ação política nas quais as mulheres participam ativamente.³³

As mulheres, que tiveram acesso a um nível educacional mais alto e com trabalho fora de casa, foram as que participaram mais intensamente da campanha. De todo modo, como o envolvimento em uma campanha político-eleitoral é por curto tempo e determinada, pode ser um fator explicativo da presença dessas mulheres na vida política.

³² AVELAR, Lúcia. Op. cit., p. 86

³³ Ibid., p. 87

Nos canais corporativos da prática política há uma hierarquia de valores, dispostos em um sistema de prioridades, que variam situacionalmente. Nesta hierarquia, há componentes centrais que formam a personalidade de uma pessoa, de tal sorte que ela se torne compreensível à luz destes valores específicos.³⁴

Esses valores estão organizados em termo de idéia como justiça, igualdade, liberdade, conservação, mudança, denominação, autoridade, indivíduo, coletividade, que podem levar a disposições gerais e que, nos indivíduos ou grupos sociais, se traduziriam em atitudes de comportamentos sociais e políticos.³⁵

No Rio Grande do Norte, algumas mulheres se sobressaíram nos diferentes âmbitos de atuação social. Na literatura, por exemplo, Nísia Floresta é um nome que se destaca diante de outras mulheres do seu tempo. Ela viveu em um período anterior ao da mulher atuando na vida política, a exemplo de Alzira Soriano que se tornou prefeita.

Alzira Soriano soube muito bem conciliar ou desarticular as práticas políticas sempre fiel à ideologia do seu partido, e, principalmente, aos seus superiores, convivendo com as divergências políticas sem dificuldades. Vale salientar que para uma mulher relativamente moça, e vivendo numa época marcada por tantas discriminações, mesmo assim soube se impor e, através das suas convicções, abriu espaços para que as mulheres começassem a ter acesso aos canais que conduziram aos cargos considerados exclusivos para a população masculina.³⁶

Isto assume maior relevância, na medida em que a sua formação educacional não ultrapassou o curso primário, o que, entretanto, não há impediu de ter uma visão da realidade social e cultural diferente da percepção moralmente assumida por parte significativa das mulheres nordestinas da sua época. Assim, ela inicia, com a sua posse,

³⁴ AVELAR, Lúcia, Op. cit., p. 87

³⁵ Ibid., p. 87

³⁶ CORTEZ, João Batista. Ascensão e poder - caminhos que se interpenetram na vida de uma mulher norte-rio-grandense. Alzira Soriano, p. 274

como prefeita de Lages(RN), a luta pela emancipação da mulher e a abertura para outras tantas ocuparem os diversos cargos na vida pública.³⁷

3.2 – As atividades políticas

As atividades políticas femininas, qualquer que seja sua natureza, devem ser analisadas sob a ótica dos ciclos na vida da mulher. Diferentemente do homem, os ciclos da vida da mulher levam-na a uma espécie de segmentação, particularmente com a maternidade.³⁸

Uma mulher, ao tornar-se mãe assume responsabilidades que a fixam ao âmbito doméstico, com demandas que irão perdurar por um longo período de sua vida. Tais considerações sugerem a relação entre tipos de família e estruturas políticas, pois, sob vários aspectos a família continua a ser o eixo fundamental de análise que tratam do modo pelo qual as pessoas se envolvem na política.³⁹

O ativismo da mulher, ao que tudo indica, escapa do âmbito da política institucionalizada.⁴⁰ A presença feminina é maior em atuações políticas de curta duração e que envolvem ação direta.

Ser uma candidata mulher implica conhecer a longa trajetória de lutas que outras mulheres conhecidas travaram para mudar nossa vida e torná-la melhor.

Uma história das inúmeras rebeldias femininas, pode começar com um trecho escrito em 31/07/1776 por Abigail Adams, dirigido a seu marido John Adams, constituinte norte-americano e depois segundo presidente dos Estados Unidos, que dizia:

³⁷ CORTEZ, João Batista. Op. cit., p.274

³⁸ AVELAR, Lúcia, Op. cit., p. 87

³⁹ Ibid., p. 87

⁴⁰ Ibid., p.87

" ... no novo código de leis, que vós estais redigindo, desejo que vos lembreis das mulheres e sejais mais generosos e favoráveis com elas do que forma vossos antepassados... Se não for dada a devida atenção 'as mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigados a cumprir leis para as quais não tivemos nem voz nem representação." ⁴¹

Essa mensagem expressa claramente a preocupação e indignação das mulheres nesse período. Período no qual as mulheres eram tratadas pela família, pelo trabalho e pelos políticos que não davam nenhuma importância ao seu desempenho intelectual e cultural na vida pública.

As condições econômicas e sociais que levaram as mulheres a participar de maneira crescente da força de trabalho e a beneficiar da expansão educacional não exerceram o mesmo efeito favorável no que se refere a arena política. ⁴²

Os papéis políticos continuam a ser privilégio quase absoluto dos homens. Essa explicação não poderá ser de caráter culturalista, dada a generalidade do fenômeno em culturas diversas, nem tampouco baseada na influência da biologia sobre o destino político feminino. ⁴³

Sob a ótica da motivação, deve-se considerar que o desempenho dos papéis políticos é altamente exigente em atividades públicas. Essas mulheres procuraram juntar-se ao sistema como participantes iguais. Ao confrontarem-se com os temores dos antisufragistas, especialmente pelo destino da família, elas tiveram de argumentar que o cumprimento das obrigações políticas por uma mulher não representaria uma séria ameaçada à vida doméstica nem mesmo tornar-lhe-ia muito tempo. ⁴⁴

⁴¹ ALVES, Branca M., apud, PITANGUY, Jaqueline, Op. cit., p.31

⁴² AVELAR, Lúcia. Op. cit., p. 36

⁴³ Ibid. p. 36-37.

⁴⁴ Ibid. p. 37

Bertha Lutz deixou claro que suas associações não intencionavam intrometer-se na organização da família. Assim como argumentavam que o status biológico da mulher não deveria ter nenhum efeito sobre a sua capacidade em ações de caráter político, também aceitavam sem questionar – exatamente como faziam os partidários masculinos do sufrágio feminino – a definição básica da esfera de interesses da mulher como girando em torno do lar, da família e de assuntos relativos à educação, à saúde e ao bem-estar.⁴⁵

A História do Brasil tem registrado ao longo desses anos maiores informações sobre a participação feminina nas várias instâncias do poder. Existem, assim, casos de algumas mulheres conhecidas pela sua participação nas lutas e movimentos sociais pela sua emancipação.

Torna-se, no entanto, fundamental, citar as atividades políticas exercutadas pela primeira Prefeita da América Latina, Alzira Soriano, no período de 1927 a 1930.

A região de Lajes (RN), cidade onde Alzira Soriano viria a assumir a Prefeitura e sendo de Jardim de Angicos sua terra natal, próximo de Lajes, tinham como um dos representantes dessa oligarquia o seu pai, Miguel Teixeira de Vasconcelos, considerado um grande líder da região e amigo pessoal do então governador Dr. Juvenal Lamartine, forte representante das oligarquias, no Rio Grande do Norte.⁴⁶

Nessas redes de relações de caráter oligárquico e clientelista Alzira Soriano foi eleita. Sua ascensão ao poder tinha como referência o apoio dos dirigentes políticos, correligionários amigos de seu pai, Coronel com o apoio do partido ao qual era vinculado – o Partido Republicano.⁴⁷ Dona Maria, irmã de dona Alzira Soriano, reconstruindo fatos e lembranças que guarda dessa época, relata:

⁴⁵HAHNER, Junc E. Op. cit. p. 114.

⁴⁶CORTEZ, João Batista. Op. cit. p. 26.

⁴⁷Ibid., p.266

" ... o meu pai era um dos chefes políticos. O prefeito em Lajes por uma corrente era indicado por ele. O seu Ulisses Vale (seu pai) terminou a gestão dele como prefeito, aí chegou a vez de alguém indicar o nome para prefeito. Aí ele era muito amigo mesmo do Dr. Juvenal Lamartine. Dr. Juvenal gostava muito dele, ouvia muito as opiniões dele, apesar dele ser um homem semi-analfabeto, mas ele era muito orientado. Dr. Juvenal gostava muito da conversa dele. Aí Dr. Juvenal disse prá ele: - bom, Miguel, o candidato é seu. Quem você apresentar, eu apoio. Ele olhou, não tinha gente. Pedro ainda não tinha casado, Paulo muito jovem; Aí já se falava aqui no voto feminino, já a Bertha Lutz, estava aqui no Estado fazendo reunião, aí ela disse: eu só tenho uma pessoa Alzira, mas é uma mulher. Aí Dr. Juvenal Lamartine disse: tá ótimo. Aí Dr. Lamartine foi almoçar lá na fazenda p'ra melhor conversarem, aí então quando Bertha Lutz chegou aqui chamou Alzira, apresentou ela, aí foram essas palavras dela: - é essa mulher que eu ando `a procura – aí encontrou ela..."⁴⁸

O texto demonstra claramente que Alzira Soriano jamais poderia ser Prefeita sem o apoio político e financeiro do seu pai e principalmente dos chefes políticos do estado do Rio Grande do Norte e de uma pequena elite letrada.

Conforme pesquisa realizada por João Batista Cortez, em documentos encontrados na prefeitura de Lajes, em trechos de um deles, sem identificação sobre as atividades políticas administrativas por Alzira Soriano, diz o seguinte:

"Ela partiu para 'arrumar a casa'. Mulher organizada, tratou logo de nomear secretário e solicitou ao governador a ajuda de escriturários do Estado para os trabalhos de organização administrativa. Com uma receita anual de 60 contos de réis, marcou sua administração com a construção de novas estradas, mercados públicos distritais, escolas e iluminação pública (a motor)."⁴⁹

⁴⁸ CORTEZ, João Batista. Op. cit., p.271

⁴⁹ Ibid., p. 267.

Realmente, o documento demonstra que Alzira Soriano começou a organizar a Prefeitura de Lajes, através de sua experiência de dona de casa. Apesar de ser um mulher de apenas 22 anos, e viúva mãe de três filhos soube redimensionar não só as atividades políticas, mas a vida pessoal.

Vale salientar, o novo momento do país. Era a mulher começando a ocupar espaços nas atividades políticas. A sua participação na política foi decisiva para impulsionar um movimento que começava a se fortalecer: a emancipação da mulher.

3.3 - A mulher na política

O processo emancipatório feminino na política norte-riograndense colocou o estado como precursor na concessão do voto à mulher. O Rio Grande do Norte, ao final dos anos 20, encontrava-se sob o comando político de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, ambos pertencentes à burguesia agrária sertaneja da região do Seridó e oeste do Estado. E apesar de imprimirem aos seus governos um caráter autoritário e intransigente, foi neste período que se desencadearam os acontecimentos que anteciparam a emancipação política da mulher no Brasil.⁵⁰

A Federação Brasileira pelo progresso feminino encetou, através dos anos 20, uma intensa campanha em favor do voto feminino, visando movimentar a opinião pública e obter adesão para a causa de parlamentares do Congresso Nacional. Conseguiu em 1926 que sejam destacados da Reforma Eleitoral em transição na Câmara, pelo então deputado Juvenal Lamartine, e pelo senador Justo Chermont, projetos autônomos de lei concedendo expressamente o direito de voto à mulher. Embora aprovado o parecer da Comissão de Constituição relativo ao projeto Chermont, o Senado resistia às pressões no sentido de se conferirem à mulher os direitos políticos, dilatando para dez anos o intervalo entre a primeira e a segunda discussões do referido projeto.⁵¹

⁵⁰ HAHNER, Junc E. Op. cit. p. 116-117

⁵¹ SAFFITOTTI, Heleieth I. B. Op. cit. p.116.

Em abril de 1927, Juvenal Lamartine, então candidato ao governo do Rio Grande do Norte, divulga em sua plataforma política a intenção de estender as mulheres o direito ao voto e eleição. Como a Câmara Legislativa potiguar estivesse elaborando a lei eleitoral do estado, a fim de adaptá-las às reformas introduzidas na constituição de 1926, Juvenal faz no artigo 77 das Disposições Gerais o seguinte dispositivo:

"No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votado, sem distinção de sexos, todos os cidadãos, que reunirem as condições exigidas por lei ". A lei nº 660 foi sancionada pelo Presidente do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, e verificam-se os primeiros alistamentos femininos, totalizando-se vinte, até fevereiro do ano seguinte.⁵²

Nas eleições de abril de 1928, José Augusto se elege senador da República, mas os quinze votos femininos que obteve são excluídos pela Comissão de poderes do Senado. Sendo assim, as norte-riograndenses continuam impedidas de atuar politicamente no âmbito federal, mas no plano estadual tornam-se eleitoras e elegíveis, fato inédito no país até então.⁵³

O imeditismo tornou-se ainda mais espantoso devido ao caráter provinciano que estava impregnada a sociedade norte-riograndense, geograficamente localizada tão distante dos centros de decisões nacionais e desprovidas de qualquer movimento feminista que pudesse exercer pressão direta no sentido de reivindicações sufragistas.

Diante disso, torna-se a acrescentar que, concedendo-lhe o direito, a mulher norte-riograndense foi às vias "de fato" exercendo o seu compromisso político, votando e elegendo a primeira mulher para um cargo público.

⁵² HAHNER, June E.. Op. cit. p.117.

⁵³ PECANHA, Nilo. José Augusto de Medeiros: um democrata. p. 216

Elegia-se Alzira Soriano como a primeira Prefeita no Brasil e na América do Sul, no município de Lajes, derrotando seu adversário, Sérvulo Pinheiro Neto Galvão, com mais de 60% dos votos. E as senhoras Celina Guimarães Viana e Júlia Alves Barbosa, de Mossoró e de Natal respectivamente, tornaram-se as primeiras eleitoras, também no Brasil e na América do Sul.⁵⁴

A imprensa local divulgou os acontecimentos, como ficou registrado no jornal "A República", de Natal, do dia 13 de abril de 1928, onde publicou, versos da poetisa Palmyra Wanderley que caracterizava o fato como "voto de páscoa", devido à coincidência com a Semana Santa: "Chegou com a Aleluia. Cheira a rosa fresca da madrugada de um dia de Ressurreição".⁵⁵

A revista "Cigarra", fundada por Adherbal de França, publica no nº 1, ano 1, de novembro de 1928, uma página dedicada à questão do voto feminino, com fotos de grupo de eleitoras ao centro, bem como a esposa e a filha de Juvenal Lamartine, assinando seus títulos de eleitorais. Na seção "Comentários" registra a visita de Bertha Lutz ao Estado e quais foram suas impressões em relações ao acontecimento.⁵⁶

Assim, o Rio Grande do Norte entra para a História do Brasil como sendo o precursor na emancipação política da mulher. Logo a seguir, as feministas, lideradas por Bertha Lutz, desdobraram-se seus esforços, a fim de garantir a todas as brasileiras o exercício de seus direitos políticos, o que acabou acontecendo, a nível nacional, somente em 1932.

⁵⁴ PECANHA, Nilo. Op. cit. p. 216

⁵⁵ Ibid. p. 216

⁵⁶ Ibid., p. 217

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das mulheres nos processos decisórios é fundamental para a superação dos entraves sociais, políticos e culturais da condição de subalternidade a que a mulher está relegada, daí a extraordinária importância de uma de suas primeiras conquistas políticas em direção à sua emancipação, o voto feminino.

O meio encontrado para atingir esse objetivo foi a organização de grupos de pressão, que através da imprensa e mobilização da opinião pública conquistou simpatizantes para a causa no seio da classe política e das camadas urbanas mais esclarecidas. As campanhas sufragistas brasileiras não tiveram as mesmas características das campanhas na Europa e nos Estados Unidos, e também não estiveram ligadas a partidos políticos ou a outros movimentos sociais.

Além disso, os parlamentares brasileiros que apoiaram o sufrágio feminino não seguiam nenhuma orientação partidária e suas ideologias eram as mais diversas. Os protestos e o descontentamento político contra a oligarquia enraizada evoluíram durante a década de 1920, no qual o voto feminino talvez pudesse encontrar um lugar entre as exigências da classe média urbana por uma reforma eleitoral. Observa-se também a enorme resistência da classe política em relação ao voto feminino, principalmente na esfera governamental, que via na emancipação feminina um fator de desintegração da família brasileira.

A luta se tornou plenamente vitoriosa somente em 1932, quando Getúlio Vargas finalmente decretou o novo código eleitoral, não porque nutrisse simpatias em relação à questão, mas devido às pressões exercidas pela Frente Brasileira pelo Progresso Feminino e ao nascente caráter populista que impregnava os seus projetos políticos.

Quanto ao Rio Grande do Norte, objeto deste estudo, a questão deve ser tratada sob o prisma dos interesses da oligarquia da época, que decidiu fazer da bandeira desfraldada pelas precursoras do movimento feminista um estandarte em favor de causa própria.

A administração de Juvenal Lamartine caracterizou-se pelo excesso de autoritarismo, exercendo violenta repressão sobre seus opositores, e além disso, devido ao alinhamento com o governo central, representado por oligarquias ligadas ao Partido Republicano, ofereceu resistência ao movimento que desencadeou a Revolução de 1930, evidenciando ainda mais o seu conservadorismo.

Somando-se a estes dados o fato de que não havia no Estado um movimento de mulheres que reivindicasse seus direitos, concluiu-se que o voto foi outorgado com o objetivo de fortalecer o poder político da oligarquia, atraindo para si simpatias de uma nova camada eleitoral que significasse bons resultados nas urnas.

Apesar das considerações anteriores, a conquista do voto feminino e a presença da mulher no poder executivo na esfera municipal foi extremamente importante para a emancipação política da mulher brasileira que, a partir dessas conquistas, vem ocupando cada vez mais espaços em todas as esferas da sociedade, e o mais importante, com competência e determinação.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Branca M., PITANGUI, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.
- CÂMARA, Adauto da. **História de Nísia Floresta**. Rio de Janeiro: Pongeti, 1941.
- CARONE, Edgard. **A República Nova (1930 - 1937)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1982.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC, 1974.
- CORTEZ, João Batista. **Ascensão e Poder - caminhos que se interpenetram na vida de uma mulher norte-rio-grandense: Alzira Soriano**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 13, 1997, Natal. **Anais: Estado e política educacional**. Natal: EDUFRN, 1997. p. 265 - 275.
- FARIA, Juvenal Lamartine. **Meu governo**. Rio de Janeiro: Editorial Duco, 1933.
- FAUSTO, Bóris. **A revolução de 30 - historiografia e história**. 7ª ed. São Paulo: Pólis, 1978.
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e política: 1850 - 1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**: Rio de Janeiro: Leuzinger, 1921.
- MARIZ, Marlene da S. **A revolução de 30 no Rio Grande do Norte (1930 - 1934)**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- PEREIRA, Nilo. **José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 - 1930)**. Brasília: Senado Federal, 1989.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930 - 1964)**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.